



I Representação Parlamentar I



Interpeção ao Governo | Modelo Económico de Desenvolvimento dos Açores | Intervenção inicial

No passado dia 2 de Julho, pudemos conhecer as declarações do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, prestadas à saída da reunião do Conselho Regional de Concertação Estratégica. Disse, então, o Senhor Vice-Presidente:

"Fomos a região do país com maior crescimento de emprego, face ao período homólogo; a região do país onde maior foi a redução do desemprego e maior foi o crescimento do emprego".

Mais à frente, acrescentou ainda: "Sinal de uma estratégia que está a dar resultado - como a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial".

Mas o Senhor Vice-Presidente não está sozinho. Todos os dias se lhe juntam prestigiados dirigentes socialistas a celebrarem o bom desempenho da economia, a baixa de desemprego e a grande política do Governo Regional.

Se a situação dos/as Açorianos/as fosse assim tão auspiciosa, o Bloco de Esquerda não teria dúvidas em se juntar à festa mas, infelizmente, a realidade é totalmente diferente.

A este propósito, podíamos até parafrasear alguém muito conhecido e dizer: 'Para o Partido Socialista e seu Governo, os Açores estão melhores, os/as Açorianos/as é que estão piores'!

Não deixa de ser curioso constatar que este é o mesmo Partido Socialista que, na República, perante as declarações de Paulo Portas de que o desemprego está a descer, o investimento a bombar e as exportações a estoirar, acuse - e bem - o Governo da República de estar longe da realidade do País.

Este é, portanto, o Partido que, perante situações semelhantes vividas por todo um povo - neste caso, no Continente e nos Açores - tem, afinal, leituras opostas da realidade.



I Representação Parlamentar I



As cores com que o Governo Regional tenta pintar a realidade dos Açores são uma autêntica mistificação, por um lado, e ilusionismo, por outro.

A taxa oficial de desemprego diminuiu. É isso que nos dizem as estatísticas. Temos, agora, cerca de 15% de desempregados/as, o que corresponde a cerca de 18 mil e 300 pessoas. Juntemos-lhes as cerca de 5 mil e quinhentas que estão em diversos estágios, diversos programas de ocupação e cursos, e ainda postos de trabalho sustentados por dinheiros públicos. E não esqueçamos os/as Açorianos/as que migraram para o resto do País ou para o estrangeiro e cujo número real desconhecemos.

Então, no essencial, o que é que diminuiu?!

Como é evidente, todos estes diferentes programas são melhor do que coisa nenhuma - como sempre dissemos - e, por isso, tiveram a nossa concordância, dentro e fora deste Parlamento. Mas estes programas e a sua perpetuação não significam que se está a criar emprego, não alteram a precariedade das vidas das pessoas, nem a insegurança no futuro, nem a intranquilidade, em cada casa.

Temos, por exemplo (só na ilha de S. Miguel), 700 pessoas, no programa Fios. Estas pessoas saem dos números do desemprego, tendo de trabalhar 4 horas por dia e 20 horas por semana, para receberem, no fim de cada mês, 100 euros.

Que nome poderemos dar a este tipo de situação? Quem pode viver de consciência tranquila, perante tamanha desfaçatez? Alguém põe o dedo no ar?

O número de pessoas abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção, nos Açores - apesar dos cortes e limitações impostos pelo Governo PSD/CDS -, aumentou em 2,7%, no último ano.

Perante tudo isto, como é possível dizer que a Agenda (a tal da 'Via Açoriana') está a dar resultado? Como é possível dizer uma coisa destas?

O resultado da 'Via Açoriana' - tal como da 'Via PSD/CDS' - é o adiar de vidas, é a emigração, é a pobreza para quem trabalha e a miséria para quem procura fazê-lo,



I Representação Parlamentar I



pois, apesar da propaganda contra a austeridade, onde o Partido Socialista é governo, não se vê nada de substancialmente diferente.

E Isto é tão verdade, tão fora da realidade, tão propaganda, que assistimos ao cúmulo desta virtualidade, ao lermos as seguintes declarações, mais uma vez, do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional: "Cada açoriano tem um rendimento disponível superior, em 381 euros, ao que se regista no país, ou seja, cada família açoriana, se for constituída, em média, por 4 pessoas, usufruiu de um rendimento, em cerca de 1.500 euros superior ao que se verificava, nas famílias do resto do país".

Na actual situação de emergência social vivida, nos Açores, este tipo de declarações não são só prova de mau gosto. São uma violência sobre quem não tem trabalho, sobre quem anda nos programas do desemprego, sobre quem trabalha e está na pobreza.

Mas, ao mesmo tempo, levanta uma questão muito curiosa: - se o Produto Interno Bruto (PIB) dos Açores aumenta (registando, até, em 2013, o maior crescimento de todas as regiões do País) mas, simultaneamente, a pobreza alastra, na Região; então, para quem vai esse aumento de riqueza?

E este é um problema muito sério, o da distribuição da riqueza. Por um lado, é um problema antigo, ao qual a governação socialista não conseguiu pôr cobro. E, por outro lado, tem sido potenciado por um modelo económico, assente em baixos salários e produtos de pouco valor acrescentado, modelo este que o Partido Socialista tem sido incapaz de inverter. Se acrescentarmos, a este cenário, a violação constante dos direitos dos/as trabalhadores/as, com a condescendência do Governo do PS, percebemos bem para onde vai o grosso da riqueza produzida.

Vejamos, agora, alguns exemplos constantes de um estudo do Observatório do Emprego e Formação Profissional, datado de 2013 e agora divulgado:

- No sector da Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura: - trabalhadores a tempo inteiro, 890.



I Representação Parlamentar I



A pergunta que se coloca é esta: só há este número de trabalhadores, neste sector? Cadê os outros?! Será que não fazem descontos para a Segurança Social?

Destes trabalhadores, 381 recebiam 509/510 euros, por mês (ou seja, o ordenado mínimo) e 279 recebiam até 649 euros/mês.

- Na Indústria Transformadora: - número de trabalhadores, 5.523.

Destes, 1726 recebiam 510 euros/mês e 1906 recebiam até 649 euros/mês. O número de trabalhadores, nestes dois escalões, soma 3.632.

- Na Construção Civil: - número de trabalhadores, 4.599.

Destes, 1.517 recebiam 510 euros/mês e 1857 recebiam até 649 euros/mês. Nestes dois escalões, estão 3.374 trabalhadores de um total de 4599.

- No Alojamento e Restauração: - número de trabalhadores, 3.535.

Destes, 1932 recebiam 510 euros/mês e 1058, até 649 euros/mês. Nestes dois escalões, estão 2990 trabalhadores de um total de 3.535 deste sector.

Como as Senhoras e os Senhores Deputados podem ler o estudo, em análise, não vou ser mais exaustiva, na explanação dos seus dados. Mas chamo a atenção de todos/as para o facto desta pequena amostra ser bem exemplificativa de tudo quanto disse atrás.

E os resultados desta tão celebrada política de sucesso não se ficam por aqui. Podemos e devemos acrescentar que se a precariedade a tempo completo (isto é, contratos a termo) varia, conforme os sectores, entre 20% e 40%, no sector do Turismo é de 68%...

São estes os resultados da governação do Partido Socialista.

E, agora, perguntamos: a 'Via Açoriana', lançada pelo Governo Regional, alterou alguma coisa, após 2013?

Na verdade, nada!



I Representação Parlamentar I



No ano de 2014, dados oficiais:

- população empregada por conta de outrem aumentou 1030 pessoas. A tempo completo, diminuiu 195 pessoas. A tempo parcial, aumentou 1224. E já nem estamos a falar no sub-emprego.

Estas dados mostram, sem sombra de dúvidas, que o emprego que o Governo Regional, com as suas políticas, incentivou é trabalho sem direitos e com remunerações, na base do salário mínimo regional. Isto, na melhor das hipóteses, pois, a maioria dos trabalhos é a tempo parcial.

Não havendo dados regionais, socorro-me de dados nacionais que apresentam a seguinte moldura: - o salário médio dos contratos de trabalho, assinados desde Outubro de 2013, é de 581 euros/mês, brutos. A partir daqui, podemos fazer uma pequena ideia do que se passa, nos Açores.

O Turismo – ‘jóia da coroa’ da actual política do Governo Regional - o tal que é dado como um exemplo a seguir, cresce, é verdade. Mas para os/as trabalhadores/as, o ordenado mínimo é o melhor que se pode arranjar, ou trabalho a tempo parcial ou, quanto muito, a termo, sendo que os atropelos aos direitos de quem trabalha são mais do que muitos.

Atentemos, apenas, num exemplo, entre muitos: - num subsector do Turismo, a entidade patronal (ou melhor, as entidades patronais, porque esta mesma situação repete-se, em várias) decide deixar de pagar a TSU (a parte que lhe cabe e a que subtrai, mensalmente, ao respectivo salário) e informa o/a trabalhador/a desta decisão. O/A trabalhador/a dirige-se aos serviços do Governo, para saber como pode continuar a fazer, pelo menos, a parte do desconto que lhe cabe. Resposta: não pode, a menos que minta, alterando a designação da sua actividade profissional. Isto é, pode inscrever-se como trabalhador independente e ficar a trabalhar, na mesma empresa, como trabalhador por conta de outrem!

Confusos, Senhoras e Senhores Deputados? Então, imaginem o/a trabalhador/a em questão, face a uma orientação que lhe é dada e que reflecte a política que norteia os



I Representação Parlamentar I



serviços do Governo. Ou seja, perante uma ilegalidade, ao invés de se repor a legalidade, ajuda-se a torner a lei, em nome dos interesses do empregador.

E, infelizmente, neste subsector específico, esta prática começa a fazer lei.

Retomando a linha de raciocínio desta Interpelação ao Governo Regional, lembremos, também, que o limiar de pobreza começa nos 469 euros/mês. Ora, nos Açores, onde campeia o ordenado mínimo regional de 530 euros (o qual, com os descontos, fica em 471,7 euros/mês), a pobreza, nua e crua, está ao virar de cada esquina...

Temos, pois, uma situação em que a diminuição do desemprego é uma máscara, o emprego novo é de pobreza (mesmo a tempo completo, quanto mais a tempo parcial) e a desregulação dos direitos dos/as trabalhadores/as é apadrinhada pelo Governo.

É este – e não outro - o resultado da 'Via Açoriana'. E o problema adicional desta 'Via', implementada pelo PS, é que não se vêem políticas de mudança séria para o futuro.

Quando, em 2014, o Bloco de Esquerda propôs que o Mar e a posição geográfica dos Açores fossem os pilares de uma nova estratégia económica, tivemos o ataque generalizado das forças políticas maioritárias.

O Centro Internacional de Investigação do Mar e Alterações Climáticas é uma peça essencial, não só para a defesa dos Açores e da sua sustentabilidade ambiental, como, por outro lado, pode ser uma alavanca para uma nova economia avançada e, por consequência, utilizadora de trabalho com maiores qualificações, logo, melhores remunerações.

Vemos agora que todos os Partidos colocam este objectivo nos seus programas eleitorais nacionais e regionais.

Saudamos esse passo, mas temos razões acrescidas para desconfiarmos de tanta fartura.

A existência do referido Centro não depende do alargamento da plataforma continental, como parece defender a actual Secretária da Defesa, pois a dita



I Representação Parlamentar I



plataforma, nem está ainda aprovada, nem vai ser pacífico fazê-lo, na medida em que colide com os interesses das grandes multinacionais.

Ao mesmo tempo, o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia reuniu, muito recentemente, com o Secretário de Estado do Mar mas, na nota de imprensa sobre o conteúdo deste encontro, nada refere sobre o assunto do Centro Internacional - ao contrário, aliás, do compromisso assumido pelo próprio Governo Regional. Prefere, antes, alardear os milhões de euros que vai receber, a mais, para prosseguir as mesmas políticas.

Lamentavelmente, traz-nos à memória o ministro Jaime Silva, o qual, após ter assinado o fim das quotas leiteiras, veio propagandear que tinha obtido um envelope financeiro extra de centenas de milhões de euros.

E o resultado aí está!

Sobre a posição geoestratégica, mesmo depois de tudo o que se está a passar, na ilha Terceira - e que era mais do que previsível há dez anos atrás -, o Governo Regional continua (aqui, bem acompanhado) a preferir manter um nado-morto, nesta ilha, do que exigir (repito, exigir), de forma clara e sem titubear, que a República e a Administração Norte-Americana assumam as suas responsabilidades, nomeadamente, no que respeita à pegada ambiental e no que respeita à imposição de um prazo para a desmilitarização da Base das Lajes.

Só assim poderá reforçar a sua capacidade negocial. Ninguém faz bons negócios pedindo, por favor, para que ele seja o menos mau possível! E, menos ainda, quando esta subserviência advém de posicionamentos ideológicos submissos aos directórios nacionais.

Os Açores, em nome do seu futuro, precisam de trocar o seu lugar geoestratégico, por negócios e não ficar limitados, por interesses alheios.

E, já agora, o Governo Regional (e o seu aliado, PSD) vai ainda mais longe, no que toca a não abrir os Açores ao futuro. Fazem-no, também, quando defendem o TTIP –



I Representação Parlamentar I



Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América - como um bem para os Açores.

Para além de ser secreto, o que se sabe sobre este Acordo nada trás de bom para a nossa Região. Lembremos o exemplo de um Acordo idêntico, entre o Canadá, os Estados Unidos da América e o México: - é certo que proporcionou um aumento exponencial de comércio; mas também é certo que só beneficiou as grandes empresas e que, ao invés de criar os 20 milhões de novos empregos prometidos, provocou a extinção de 1 milhão de empregos.

Mais uma vez as razões ideológicas são colocadas em primeiro lugar. Aparentemente, os Açores vêm depois.

Em suma: o Partido Socialista, em 19 anos de governação, nem inverteu o ciclo económico de pobreza, nem tem ideias, nem ambição, para o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 7 de Julho de 2015